

DADOS DA REUNIÃO			
Assunto:	15ª Reunião do Subcomitê Combustíveis Marítimos	Data:	06/05/2022
<p>1. PARTICIPANTES</p> <p>Marinha do Brasil (MB/CCAIMO) Flavio Haruo Mathuiy</p> <p>Ministério de Minas e Energia (MME) Danielle Lanchares Ornelas Lorena Mendes de Souza Mariana Ferreira Carricone de Azevedo Ronny Jose Peixoto</p> <p>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP) Alexandre Cardoso Costa Caldeira Danielle Machado e Silva Conde Luiz Fernando de Souza Coelho</p> <p>Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) Ilson Iglesias Gomes</p> <p>Empresa de Pesquisa Energética (EPE) Carlos Eduardo R. de Mendonça Lima</p> <p>Doutoranda junto a Universidade do Rio de Janeiro (COPPE) e Pesquisadora Associada ao ICCT Francielle Carvalho</p> <p>União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (UBRABIO) Donizete Tokarski Sergio Beltrão</p> <p>Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (APROBIO) Julio Cesar Minelli Antonio Carlos Ventillii Marques</p> <p>Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) Vicente Pimenta</p> <p>2. PAUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatório do Subcomitê. <p>3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS E DEFINIÇÕES</p> <p>A reunião foi gravada.</p> <p>Verificado o quórum Flavio Mathuiy (MB) deu as boas-vindas a todos e informou que o Comitê Técnico Combustível do Futuro tem como prazo para finalizar seus trabalhos o dia 26/06 e, diante disso, Fábio Vinhado solicitou que os subcomitês encaminhem seus produtos para que o MME tenha tempo hábil para compilar todos os encaminhamentos na forma de um relatório final. Noticiou que aconteceu a reunião do Fórum Consultivo.</p> <p>Dando início à discussão em pauta, disse que as últimas atualizações feitas no relatório foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> Detalhamento das fases 2 e 3 do estudo da COPPE/UFRJ, que trata das potencialidades do Brasil na 			

- produção dos biocombustíveis e da avaliação econômica, feita por Francielle; e
- Reformulação do item 6 que trata sobre a demanda de combustíveis marítimos e a viabilidade do uso de combustíveis, feito pela EPE.

Agradeceu a Ronny pela revisão geral que tem feito no texto. Mathuy ponderou sobre as alternativas de produtos deste subcomitê. Para uma Estratégia Nacional de Combustíveis Marítimos, esclareceu que não haverá tempo hábil para nos aprofundarmos na discussão, então seria mais interessante que ficasse como um trabalho posterior. Observou também que, por causa da existência do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH) e do RenovaBio, que incentiva a produção de biocombustíveis, talvez a proposição de um Programa Nacional de Combustíveis Marítimos (PNCM) não seja uma entrega adequada para o nosso relatório. Então, de forma mais simplificada, sugeriu que a entrega do nosso relatório deveria se restringir a uma indicação de propostas e premissas para um Programa ou Estratégia Nacional de Combustíveis Marítimos.

Ventilii comentou que sentiu falta de entender melhor as limitações que certas alternativas que estão sendo pensadas possuem, levando em consideração a distância do percurso. Ficou de enviar algumas contribuições sobre biodiesel. Mathuy comentou que está sendo tratada no relatório a questão da densidade energética dos biocombustíveis, contendo inclusive informações de volume e capacidade. Citou um projeto de longa duração (6 meses) de uma empresa japonesa que testa diversas rotas, inclusive rotas longas, e misturas de biocombustíveis. Sobre a questão da falta de disponibilidade dos combustíveis ditos do futuro (H2 e amônia), esclareceu que já existem alguns documentos que abordam essa problemática e um documento do Japão propõe incentivo para os navios zero emissão, sendo que deveria ser aceita a emissão relativa apenas à emissão do navio, sem avaliar o ciclo de vida completo. Porém sabe-se que a contribuição para a redução dos GEE, com essa forma de avaliação, seria nula. A discussão internacional em torno dos biocombustíveis está mais focada na emissão de NOx, considerando determinados motores ou fontes de biomassa, os biocombustíveis teriam uma produção de NOx maior que o permitido pela IMO. Entretanto o Brasil tem tentado mostrar que a discussão é muito mais ampla e a demonstrar a importância dos biocombustíveis na transição energética.

Mathuy abriu o espaço para os representantes opinarem sobre o produto mais adequado para o encerramento deste subcomitê. Levando-se em consideração todo o exposto pelos participantes, chegou-se a conclusão de que não haveria tempo hábil nem maturidade suficiente do tema para se propor uma Estratégia nem um Programa Nacional de Combustíveis Marítimos, mas que todas as questões levantadas podem ser incluídas como um item de recomendações e/ou encaminhamentos no relatório. Seguem alguns pontos de destaque:

- Necessidade de se apontar que além da avaliação dos combustíveis para redução da emissão de GEE, outros elementos estão envolvidos e devem ser tratados para fins de descarbonização do setor como um todo (logística, eficiência dos navios, entre outros);
- Endereçamento para o subcomitê de PD&I de estudo relacionado ao teor de biodiesel para uso em navios, entre outros;
- Pertinência de se manter viva a discussão sobre o assunto.

Considerando que o RenovaBio está mais voltado para combustíveis terrestres, Mathuy solicitou sugestões para tentarmos algo semelhante com critérios mais específico para combustíveis marítimos. Luiz Coelho observou que não há um consenso para determinação do ciclo de vida e que talvez o caminho seja se propor uma adequação ao cálculo existente no RenovaBio, na parte final do consumo do navio (*tank-to-wake*), que leva em consideração a distribuição e o rendimento do motor. Mathuy questionou se o cálculo da RenovaCalc atenderia as questões internacionais. Luiz pontuou que as questões do uso da terra não foram adotadas no cálculo, entretanto foi adotado que não possa ter, de forma alguma, eliminação da vegetação nativa. Ademais, disse que há grandes divergências no âmbito internacional nessa determinação do uso da terra. Lorena complementou que no CORSIA a mudança do uso da terra considera mudanças diretas e indiretas, no caso de conversão de terra para produção de biomassa a partir de janeiro de 2008.

Antes disso, utiliza um tipo de critério de elegibilidade. No caso de se considerar essa adequação da RenovaCalc, Luiz sugeriu que a Embrapa seja convidada a participar das discussões, já que é a Embrapa que desenvolve a análise de ciclo de vida e a calculadora do RenovaCalc. Mathuiy disse que iria solicitar uma apresentação sobre a análise do ciclo de vidas à Marília Folegatti da Embrapa. Luiz sugeriu também convidar o Professor Joaquim para esta apresentação uma vez que ele é o representante no Corsia e está por dentro das discussões deste tema.

Relacionado à questão do RenovaBio e da mudança do uso da terra, Donizete levantou a necessidade de se evoluir os modelos de avaliação do ciclo de vida e da eficiência energética. Aproveitou para informar que acontecerá a reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel do MAPA, onde serão tratados alguns desses assuntos.

Mathuiy questionou se a Nota de Eficiência Energético Ambiental (NEEA) calculada para certificação no RenovaBio seria equivalente a outras notas internacionais, porém foi esclarecido que, atualmente, ela só é aceita no Brasil. Ponderou que apesar de haver algumas diferenças, a certificação do RenovaBio já possui praticamente quase todos os dados necessários para cumprir outra certificação internacional. Mathuiy ressaltou que quando a IMO estabelece um padrão internacional, acaba que todos os Estados membros adotam esse padrão e é muito importante que tenhamos uma proposta para interferir neste momento para que nenhum critério aprovado possa nos prejudicar com alguma restrição aos nossos combustíveis.

Voltando ao relatório, Mathuiy agradeceu as contribuições enviadas pela ANTAQ sobre infraestrutura, informou que estamos colocando, em cada item, fatores pertinentes e conclusões parciais e solicitou que quem pudesse incorporasse essas informações junto as suas contribuições. A fim de indicarmos, por exemplo, se nossa infraestrutura portuária para granéis líquidos é suficiente ou não para atender uma possível demanda de biocombustíveis. Informou também que as contribuições feitas pela ANTAQ na Proposta de Plano de Ação serão trazidas para o relatório.

Lorena lembrou ao grupo da solicitação de mapeamento de pesquisas prioritárias consideradas importantes para este subcomitê, com prazo até 13/05. Esse mapeamento irá compor uma nota técnica única com os encaminhamentos dos subcomitês que será enviada ao Subcomitê de PD&I.

Comte Mathuiy finalizou a reunião solicitando que Mariana agendasse a próxima reunião para dia 12/05 (quinta-feira) no mesmo horário e agradecendo a presença de todos.